

Diante das inúmeras e formidáveis dificuldades sociais, políticas e econômicas com as quais o País se defronta, mais uma vez fica evidente que cabe ao Congresso Nacional assumir um papel mais dinâmico — condutor mesmo — no equacionamento dos problemas nacionais.

A reabertura dos trabalhos legislativos na última segunda-feira, emoldurada por uma mensagem de fôlego enviada pelo presidente da República, é o momento certo para que deputados e senadores se reencontrem com as idéias-força que devem impulsionar seu trabalho, cujo objetivo central — lembre-se mais uma vez — deve ser atender à Nação, não aos interesses individuais ou à ceva das trajetórias políticas.

O presidente Fernando Collor enfatizou que necessita da "colaboração permanente do Congresso". Mais do que isso: "É imprescindível que o Congresso dê curso e consequência aos projetos que estão sob sua apreciação", sublinhou o chefe do Executivo.

Para o Planalto, recém-empenhado num esforço de orquestração política que o ajuda a

# Congresso tem dívida e deve resgatá-la

sair de um isolacionismo que se associava à soberba, o momento exige a superação do "paroquialismo, do imediatismo, do fisiologismo", atributos que normalmente a opinião pública costuma associar a membros do Parlamento.

O abandono desses vícios políticos é imperativo, neste momento, pois inúmeras iniciativas de grande importância imediata (associadas à modernização do Estado e à estabilização econômica) só decolarão se o Congresso passar a atuar com presteza maior do que a que demonstrou até agora.

Além disso, há uma gorda lista de iniciativas de grande importância que dependem do Congresso para que se encaminhem com um mínimo de tranquilidade. Entre elas, o plebiscito sobre a forma e o sistema de governo, a ser realizado em 1993, o qual exigirá amplo e esclarecedor debate prévio, para o qual se espera que o Legislativo contribua de forma positiva.

De imediato, não é apenas o presidente da República que tem a esperança de que o Congresso azeite suas engrenagens de forma a contribuir para a superação dos problemas agudos que empacam a vida nacional.

Esse Congresso que aí está é melhor do que aquele que o antecedeu. Melhor no sentido de que veio temperado na força dos trabalhos constituintes, melhor pois é o resultado de maior experiência no trato com o caminho democrático.

Tem, todavia, esse mesmo Congresso, uma dívida para com a Nação. É uma dívida que se paga com trabalho, nomeadamente o de regulamentar a Constituição vigente, de emendá-la onde necessário e possível. Calcula-se que haja 4 mil projetos à espera de atenção parlamentar; estima-se que o Executivo tenha pelo menos duas centenas de assuntos que gostaria de ver debatidos em plenário e que sequer foram ventilados com deputados e senadores.

Quando, portanto, o presidente da República insiste em que pelo menos seis emendas constitucionais e alguns projetos de lei devem ser alvo de decisão o mais breve possível, ele nada mais faz do que vocalizar o que está preso na garganta de milhões de eleitores.

Pode ser até que o Planalto exagere, para efeito de demonstração, naquilo que julga essencial e prioritário. Não há exagero, contudo, na preocupação de que o Congresso dê as costas ao trabalho de hoje para jogar nas oportunidades do futuro. Ou seja, que entremos em processo de paralisa legislativa por força do envolvimento dos congressistas com as próximas eleições em 4,5 mil municípios. São 116 parlamentares à procura de prefeituras; eles representam 20% dos votos no plenário do Congresso, como registrou ontem este jornal.

Mais do que nunca o Congresso tem de mostrar que coloca os interesses do País antes de seus velhos interesses corporativos. O Executivo está sinalizando no sentido de que deixou para trás a divisa de "querer é poder". O Legislativo, num ano de eleições, tem de mostrar o quanto é importante o seu papel.